

OS PROCESSOS FORMADORES DOCENTES E OS REFLEXOS NA AUTOINDEPENDÊNCIA DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO

Autora: Marcela Maria de Sena¹

RESUMO

Este artigo é uma reflexão sobre a condição profissional do surdo, inserido no mercado de trabalho. Trazendo um levantamento bibliográfico da história do povo surdo, com abordagens teóricas sobre surdez e a lei de cotas. Participaram da pesquisa quatro pessoas surdas de ambos os sexos que ocupam as mais diversas atividades. Nosso campo de pesquisa serão empresas situadas na cidade do Recife - PE. Teremos como sujeitos da pesquisa quatro deficientes auditivos. Será aplicado como procedimento de coleta da pesquisa um questionário com perguntas abertas. Neste contexto, questionamos: como as pessoas com deficiência auditiva vêm sendo recrutados nas empresas e sendo inseridos no mercado de trabalho? E quanto aos processos formadores, como estas empresas vem mobilizando estratégias para incluí-los e garantir uma formação continuada? Sabendo que todo discurso está sujeito a um juízo de valor e o poder do enunciado se apresenta na narrativa, elegemos como objetivo geral: analisar como os portadores de deficiência auditiva vêm sendo incluídos no mercado de trabalho e as implicações práticas nos processos de recrutamento profissional. Como objetivos específicos: verificar os principais requisitos para o surdo no seu ingresso no mercado de trabalho; compreender os processos de recrutamento profissional; identificar os desafios e as dificuldades que o surdo enfrenta em seu processo de inclusão profissional. Nosso estudo se dá segundo um olhar reflexivo e crítico a partir das narrativas e do discurso explícito, mas também, na tentativa de buscar na mente de cada autor, quais as representações e conceitos que estão sendo estruturados na perspectiva de uma formação exemplar para o sujeito surdo. Em todo o processo da pesquisa, percebemos que o avanço da inclusão social das pessoas com deficiência auditiva é ainda recente no Brasil. Embora existam várias linhas de pesquisas sobre as pessoas com deficiência nos diversos âmbitos, especificamente, a inclusão e a autonomia da pessoa surda no mercado de trabalho é um processo que ainda está em construção.

Palavras- chave: Surdez; Mercado de trabalho; Lei de Cotas.

¹ Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE) e Especialista em Gestão e Docência em Educação Especial da Faculdade Europeia de Administração de Marketing (FEPAM); Pós-graduação em Docência do ensino Superior pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE) - Professora/Tradutora/Intérprete de LIBRAS.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho é um campo de extrema importância e preocupação perante a sociedade, sendo assim, para tal alcance a educação é a parte primordial desta conquista e da liberdade do indivíduo. Esta necessidade é um marco na formação do trabalhador e se faz constantemente presente na vida laboral. Diante disto, questiona-se sobre a relação existente, entre a formação escolar e o mercado de trabalho para o sujeito surdo e como esta ocorre. Entendendo que a educação é parte de nossos processos de socialização, sendo, portanto, uma das instituições que produz e reproduz relações sociais.

Com a elaboração da Declaração de Salamanca em 1994, não cabe mais discutirmos se a Educação é direito ou não das pessoas com necessidades educacionais especiais e dentre elas, as pessoas surdas. Sabemos que a inserção de surdos no mercado de trabalho ainda sofre discriminação; os indivíduos permanecem assim privados de educação, de cultura, de lazer, além de representar uma concorrente a menos no ambiente de trabalho.

No entanto, no que se refere às pessoas com deficiência auditiva, buscamos investigar sobre sua condição profissional e inserção no mundo do trabalho. Sendo que este mercado quando ofertado ao sujeito surdo é limitado, pois as vagas destinadas aos mesmos, na grande maioria são de trabalhos mecânicos que não equivalem ao real potencial do funcionário. Compreendemos que o surdo tem diferenças e não deficiência, sendo assim, não tem que normalizá-lo, mas sim, adequar uma estratégia de trabalho que favoreça seu desenvolvimento.

Neste contexto, questionamos: como as pessoas com deficiência auditiva vêm sendo recrutados nas empresas e sendo inseridos no mercado de trabalho? E quanto aos processos formadores, como estas empresas vem mobilizando estratégias para incluí-los e garantir uma formação continuada? Sabendo que todo discurso está sujeito a um juízo de valor e o poder do enunciado se apresenta na narrativa, elegemos como objetivo geral: analisar como os portadores de deficiência auditiva vêm sendo incluídos no mercado de trabalho e as implicações práticas nos processos de recrutamento profissional. Como objetivos específicos: verificar os principais requisitos para o surdo no seu ingresso no mercado de trabalho; compreender os processos de recrutamento profissional; identificar os desafios e as dificuldades que o surdo enfrenta em seu processo de inclusão profissional. Nosso estudo se dá segundo um olhar reflexivo e crítico a partir das narrativas e do discurso explícito, mas também, na tentativa de buscar na mente de cada autor, quais as representações e conceitos que estão sendo estruturados na perspectiva de uma formação exemplar para o



sujeito surdo. Assim, adotamos como aporte teórico estudos de autores como: Minayo (2001); Salles (2003) dentre outros.

Nosso campo de pesquisa serão empresas situadas na cidade do Recife - PE. Teremos como sujeitos da pesquisa quatro deficientes auditivos. Será aplicado como procedimento de coleta da pesquisa um questionário com perguntas abertas. A princípio, pretendemos utilizar dados das fontes de planejamento e propostas da inclusão social para pessoas surdas, a fim de compreender se a prática social das empresas condiz com seus planejamentos.

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A LUTA DOS SURDOS NO BRASIL

Ao longo do tempo, os surdos travaram grandes batalhas pela afirmação da sua identidade até alcançarem o reconhecimento que têm hoje, na era moderna.

A LIBRAS é uma língua natural, utilizando-se de um canal visuomanual, criadas por comunidades surdas através de gerações, modificando-se parcialmente em cada comunidade surda. Utilizando-se de uma estrutura gramatical própria, não fazendo referência a língua portuguesa, porém possui características: a polissemia como a utilização de metáforas, piadas, jogos de linguagem etc.

Porém, é primordial conhecer as duas línguas envolvidas no processo educacional da pessoa surda e o lugar que cada uma delas ocupa, considerando fatores sociais, culturais e linguísticos. Outro processo relevante é o processo da aquisição L1 (primeira língua, língua nativa) e a aquisição de L2 (segunda língua) considerando que a educação de surdos no Brasil deveria ser de LIBRAS e posteriormente da Portuguesa.

Em novembro de 2002 a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) foi reconhecida como a primeira língua oficial para os Surdos. Mais do que uma política de reparação, a aquisição da LIBRAS – numa sociedade de ouvintes assegura ao surdo o seu ingresso de fato na sociedade e uma educação de qualidade ficando pautada no respeito e valorização de sua identidade. A partir de 01 de Setembro 2010 é promulgada a lei 12.319 que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

OS PROCESSOS FORMADORES DOS DOCENTES E OS REFLEXOS NO ÂMBITO DA INCLUSÃO DO SURDO

Com a inclusão, o professor do ensino regular tem uma diversidade cada vez maior de alunos com necessidades específicas. Tais necessidades pedem um professor cada vez mais



apaixonado pela docência e ao mesmo tempo preparado para os desafios na sala de aula. Ele precisa de habilidade e flexibilidade para desenvolver adaptações necessárias para as crianças com necessidades especiais que envolvam o seu desenvolvimento e o aprendizado curriculares. O professor deverá absorver-se de toda criatividade possível para lidar com as mais diferentes estratégias pedagógicas.

O que se busca é a necessidade de formar profissionais que acolham o novo, que está presente em cada aluno surdo construindo e reconhecendo a plenitude do desenvolvimento desses sujeitos a despeito de suas diferenças.

O foco desta abordagem é bastante pertinente numa sociedade como a brasileira, em que as políticas educacionais não tem sido capazes de impedir ou dificultar os mecanismos de exclusão existentes, tornando-se urgente uma releitura dos debates voltados para a democratização do ensino, em que o cerne da educação é a pessoa e não o capital.

Acima das dificuldades, das carências e da falta de uma política de valorização do educador em geral, ressaltamos o perfil de superação necessário para vivenciar essa situação em sala de aula. O Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 constitui a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina curricular obrigatória.

A AUTOINDEPENDÊNCIA DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO

A participação ativa, a convivência social e os dos direitos do homem ao trabalho e a sua liberdade de participar ativamente da convivência social é algo antigo . Pois, foi só no século passado, que a Organização das Nações Unidas – ONU, destacava a sua importância por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O passo inicial para se elaborar estratégias adequadas à inclusão no trabalho é a tentativa de se conceber o relacionamento que envolve a pessoa com deficiência auditiva e a atividade laboral. Os Surdos, quando conseguem um emprego, sentem dificuldade para construir relações interpessoais e compreenderem a própria dinâmica do espaço laboral. Além disso, o fato de os cargos ocupados pelos Surdos serem sempre ligados à mão de obra operária, reforça a tese que eles são intelectualmente menos capazes que os ouvintes.

Por muito tempo, os surdos vêm se mobilizando para buscar seus direitos como cidadãos, buscando também se profissionalizar nas mais diversas áreas. Contando com o apoio de outras pessoas do seu meio social, bem como familiares e profissionais das mais diversas áreas do seu interesse, as pessoas surdas buscaram aos poucos se fortalecerem cultural e politicamente. A

realidade histórica comprova que cada vez mais eles estão adquirindo os seus espaços na sociedade e no mercado de trabalho.

Várias conquistas surgiram com a expansão da língua de sinais e a expansão da cultura surda na sociedade de ouvintes. Isto incentivou os surdos a buscarem a formação de professores e instrutores de Libras para trabalharem nas escolas especiais e realizarem cursos para ouvintes, mostrando cada vez mais as suas capacidades e a busca pelas conquistas sociais.

Acreditando na sua capacidade, pouco a pouco os surdos procuraram outras áreas de atuação no mercado, dando-se conta de que poderiam conquistar áreas profissionais antes só ocupadas por ouvintes. A aceitação do surdo no mercado de trabalho proporciona que este adquira sua independência financeira e sinta-se produtivo, realizando ações que há pouco tempo atrás eram tidas como incapazes de fazer dentro da comunidade em que vivem. Algumas atitudes que as empresas sempre tomam para que isto possa acontecer é fazendo a integração deste funcionário com seus colegas, através de oficinas promovidas pelo próprio surdo, com o auxílio do intérprete. Aproximando as duas culturas e facilitando a comunicação, pois ouvinte e surdos vivem mentalmente mundos diferentes, cada um raciocinado na sua linguagem, sem contar que acabam com o estranhamento inicial entre ambos.

O ambiente de trabalho auxilia o surdo em sua convivência com ouvintes ao acesso a outras informações, a novos conhecimentos e a outros espaços que favorecem o seu crescimento, tornando-os mais críticos e proporcionando os mesmos a terem um olhar diferente sobre as questões vinculadas a sua cultura e a sociedade como um todo.

PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO - ABORDAGEM QUALITATIVA

O presente estudo teve como objetivo principal responder a seguinte pergunta investigativa: Quais os processos formadores docentes e os reflexos na autoindependência do surdo no mercado de trabalho. Para o alcance de tal objetivo utilizamos a abordagem da metodologia descritiva qualitativa, que não teve como perspectiva a generalização dos resultados obtidos de uma amostra reduzida, mas sim, a descrição, a compreensão e a interpretação dos fenômenos observados nas entrevistas realizadas com pessoas com deficiência auditiva com vínculo formal de trabalho, no município de Recife/PE. Partindo para uma investigação que envolva questões de Políticas públicas educacionais e a inserção profissional do sujeito surdo no processo de desenvolvimento do sistema inclusivo.

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das

interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 1994, p.57).

Busca-se verificar qual é a relação desses surdos com o contexto de trabalho através da visão dos seus respectivos coordenadores que nos forneceram material para que pudéssemos compreender os lugares ocupados pelos surdos dentro das empresas, o seu desempenho e sobre a existência das condições necessárias exigidas pela singularidade da relação surdo/ouvinte.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO

Esta pesquisa foi realizada em departamentos de perfumarias; armazém de construção e escola pública, totalizando três empresas com seguimentos diferentes. Pois, com essas escolhas não se pretende aqui estudar ramo de atuação de cada uma e sim a inclusão do surdo no mercado de trabalho e quais as condições de estudos eles foram submetidos, levando-os a abraçar sua atual profissão. Assim, poderíamos verificar, na prática, o papel da educação nesse contexto inclusivo.

Segundo Granger (1982), a realidade social é qualitativa e os acontecimentos nos são dados primeiramente como qualidades em dois níveis: a) em primeiro lugar, como um vivido absoluto e único incapaz de ser captado pela ciência; e b) em segundo lugar, enquanto experiência vivida em nível de forma, sobretudo da linguagem que a prática científica visa transformar em conceitos.

PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS

Organização e análise de dados. Segundo Minayo (2003, p.43), deve-se descrever com clareza como os dados serão organizados e analisados. Como exemplo, a autora cita as análises de conteúdo, de discurso, ou análise dialética que são procedimentos possíveis para a análise e interpretação dos dados e cada uma destas modalidades preconiza um tratamento diferenciado para a organização e sistematização dos dados. A entrevista é uma das mais comuns e poderosas maneiras que utilizamos para tentar compreender nossa condição humana. Ela tornou-se técnica clássica de obtenção de informações. Possibilitou uma aproximação entre o investigador e o entrevistado.

ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo deste estudo foi analisar como as pessoas com deficiência auditiva, vêm sendo incluídos no mercado de trabalho e as implicações práticas nos processos de recrutamento

profissional. Para este nosso trabalho foram selecionados 04 (quatro) pessoas surdas que trabalham e de ambos os sexos, na faixa etária dos 28 aos 45 anos, utilizando como instrumento de coletas de dados, uma entrevista semiestruturada através de Libras e um questionário com perguntas fechadas e abertas. Todos os dados foram analisados qualitativamente, cada pessoa participante da pesquisa, recebeu uma numeração, num intervalo de p1 a p4.

COMPREENDENDO A INFÂNCIA E TEMPO ESCOLAR

A escola e a sociedade exercem um papel determinante na medida em que oportunizam que a criança surda seja socializada, dentro da cultura de sua comunidade, com foco primário no seu idioma. Mesmo porque onde há surdos, há Língua de Sinais, este fato foi comprovado durante os anos em que a Língua de Sinais foi marginalizada e que independentemente das proibições ou autoritarismos, os surdos continuavam a praticar sua língua às escondidas.

Em relação à infância e o tempo escolar dos surdos, constatou-se que entre os entrevistados não possuía reclamações traumáticas “[...] A minha infância foi “normal”, a minha surdez não atrapalhava as brincadeiras com os meus amigos, a gente se comunicava através de gestos. Na escola nos anos das series iniciais a minha surdez não dificultava fazer as atividades, a minha professora não sabia LIBRAS e se comunicava comigo através de mímica.” P3.

Constatou-se que a criança surda, em fase de aquisição da língua de sinais, é capaz de construir situações imaginárias próprias das brincadeiras de faz de conta, contudo estas tendem a ser breves, devido às especificidades da comunicação. Poia as crianças ouvintes não dominando a língua de sinais não conseguem estabelecer com a criança surda diálogos que sustentem a brincadeira por mais tempo. Entretanto, a relação que se estabelece entre o educando surdo e o educador ouvinte estimula não só o aprendizado, mas a construção de uma identidade mais segura. Dessa forma, acreditamos que aumenta a aceitação da criança no grupo familiar ouvinte e, através dele, é feito um movimento de mudanças que influem na realidade social e cultural da sociedade.

MODALIDADE DE COMUNICAÇÃO

O homem se serve de instrumentos linguísticos para a sua comunicação falada, escrita, ou sinalizada, capazes de espelhar sua cultura e de se transformar num importante fator de unidade grupal ou nacional. Sendo assim, a língua portuguesa falada é um fenômeno social à disposição da comunidade ouvinte e a LIBRAS faz parte deste fenômeno igualmente para os *surdos* “[...] a



aquisição da Língua de Sinais dentro da minha casa por parte da minha família foi um benefício e esta aquisição contribuiu para o meu aprendizado da língua oral como minha segunda língua.” **P1**. Ressalta-se que todos os surdos entrevistados possuem o conhecimento da LIBRAS.

Podemos dizer então que, para os deficientes auditivos enquanto a língua é um fato, a linguagem é um ato. As pessoas surdas têm o direito de serem alfabetizadas na língua brasileira de sinais. Sua educação, portanto, deve propiciar-lhes o desenvolvimento da linguagem que inclua ao aprendizado da Língua Portuguesa e a aquisição da Língua Brasileira de Sinais.

Sobre isto, SALLES (2004), menciona:

A LIBRAS é adotada de uma gramática constituída a partir de elementos Constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam também especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais (p.56).

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com essa comunidade. Como língua, esta é composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerado um instrumento linguístico de poder e força. Possui todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua e demanda de prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua.

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA OS DEFICIENTES AUDITIVOS

Apesar dos esforços das entidades que apoiam a comunidade surda e auxílio da Associação de Surdos do Brasil, a integração entre a cultura ouvinte e surda, ou, entre coordenador e coordenado dentro das organizações, ainda não se desenvolveu de maneira eficaz para suprir a necessidade de inserção ao mercado de trabalho, a dificuldade do surdo de se integrar no mercado de trabalho começa com a carência de escolas e classes especiais que possam oferecer uma educação geral que sirva de sustentáculo para seus futuros profissionais. O deficiente que não conseguir, em tempo hábil, uma qualificação profissional, poderá começar sua integração no mercado de trabalho através de estágio supervisionado em empresas, enquanto cursa o primeiro grau em escola especial ou na educação inclusiva. Outra dificuldade que o jovem surdo enfrenta é o da aceitação social. Existe uma tendência a generalizar o problema, o que muitas vezes, leva a sociedade a considerar o surdo como incapaz para o trabalho, sem levar em consideração a sua competência para a função que pretende exercer, estando sempre em desvantagem na competição com o ouvinte.





“[...] O meu trabalho está claramente associado à noção de bem estar; o salário que recebo, possibilita a independência”. P1

“[...] As ocupações trazidas em função do meu trabalho me defende contra ansiedade me deixando tranquilo”. P2

“[...] Ser funcionária pública me faz incluída nas decisões que diz respeito aos professores”. P3

“[...] Tenho um trabalho que me satisfaz, os meus objetivos são claros e sei aonde quero chegar”. P4

O trabalho além de prover os meios necessários para a subsistência humana ajuda a definir o status que o indivíduo assume na sociedade e a sua própria identidade pessoal, permite a organização do tempo e possibilita o enriquecimento das redes de relações sociais.

Com o desconhecimento dos talentos e as habilidades das pessoas com deficiência, o prejulgamento e eliminação predomina. Não é preciso que se criem mais leis para a inclusão e permanência das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mas sim, a validação das mesmas, desenvolvendo políticas públicas eficazes e uma conscientização para que cheguem ao conhecimento de todo mundo suas capacidades e que esse reconhecimento ocasiono o acolhimento e efetiva contratação desse público, de forma plena e espontânea.

LEI DE COTAS PARA DEFICIENTES NO MERCADO DE TRABALHO

O grupo foi indagado sobre as inserções do surdo no mercado de trabalho e deixam clara a dificuldade que encontram na busca por um emprego.

“[...] As empresas burlam a lei de cotas contratando pessoas com deficiências superficiais”. P1

“[...] As empresas privadas quando contratam nos colocam em subempregos, pois o RH não acreditam no nosso potencial. P2”

“[...] Sou formada em pedagogia, antes nunca tinha trabalhado. Após me formar fui procurar emprego e o máximo que me ofereciam era ajudante de sala de aula, por causa da minha deficiência. Então decidir estudar e passei no concurso, graças a lei de cotas.” P3

“[...] Hoje sou professor de educação física no interior. Passei no concurso e hoje graças à lei de cotas também estou empregado.” P4

No Brasil existem muitas leis voltadas para as pessoas com deficiência, em particular os auditivos, indicando a necessidade de diferenciação em relação aos demais cidadãos. No entanto,



mesmo depois decretadas às leis são implantadas de modo lento e parcial, sendo ignoradas pela maior parte da população. A legislação estabeleceu a obrigatoriedade das empresas com cem (100) ou mais empregados preencherem uma parcela de seus cargos com pessoas com deficiência. A reserva legal de cargos é também conhecida como Lei de Cotas (art. 93 da Lei nº 8.213/91).

Durante a pesquisa, constatamos que a inclusão da pessoa com deficiência auditiva no mercado de trabalho, apesar de prevista em lei, normalmente não consta na política de recursos humanos das empresas privadas. Neste contexto, percebemos que as empresas, ainda, não acreditam nas eficiências das pessoas surdas. Ainda, possuem mentes cristalizadas com preconceitos, de que o surdo é um ser humano incompleto, deficiente, portador necessidades especial e incapaz.

Os resultados obtidos levam a crer que existe uma pré-disposição das empresas, públicas para a inserção de pessoas com deficiência auditiva em suas organizações, conforme ficou evidenciado no resultado dos questionários com os deficientes auditivos que apresentaram um nível de satisfação positivo nestas organizações. A inclusão no mercado de trabalho proporciona ao surdo sua valorização como cidadão, leva à efetivação dos seus direitos garantidos em lei, e possibilita a convivência no ambiente de trabalho com trabalhadores ouvintes e, conseqüentemente, maior sociabilidade. Para que a sociedade possa melhor conhecer as pessoas que têm perda de audição, é importante pensar em cada indivíduo como um ser único, repleto de possibilidades. Se o surdo não pode ficar esperando que a sociedade faça tudo por ele, também não pode lutar sozinho e competir com os ouvintes, como se fosse ouvinte. Mesmo com diferentes níveis escolares e profissionais, a pessoa com surdez precisa ter uma leitura de vida que lhe permita acompanhar as mudanças rápidas no mercado de trabalho e no mundo a sua volta. Reconhecer as possibilidades pessoais e acompanhar o ritmo das mudanças tecnológicas envolve o conhecimento das coordenadas que afetam a vida de cada um no lazer, na escolaridade, no trabalho, nas relações sociais e na vida em sociedade em geral.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo o processo da pesquisa, percebemos que o avanço da inclusão social das pessoas com deficiência auditiva é ainda recente no Brasil. Embora existam várias linhas de pesquisas sobre as pessoas com deficiência nos diversos âmbitos, especificamente, a inclusão e a autonomia da pessoa surda no mercado de trabalho é um processo que ainda está em construção.

Houve avanços no poder legislativo aqui no Brasil nas últimas décadas na formulação das leis, sendo a Lei de Cotas uma delas. No entanto, atualmente, o maior problema que enfrenta a pessoa com deficiência não é a ausência de leis. Na realidade, já alcançou um nível razoável de proteção legal para as pessoas com deficiência, não há necessidades de alterações e inovações legislativas. O grande entrave é o da aplicação e eficácia das leis já existentes. A Vontade política para a execução das leis na realidade continua sendo o grande desafio para o Surdo.

A pessoa com deficiência auditiva busca estar incluída plenamente na sociedade, como citamos no decorrer da pesquisa. Observamos que o dia a dia no ambiente de trabalho proporciona uma elevação do seu ser como pessoa capaz e um sentimento de aceitação por parte das “pessoas ditas normais”. Contudo isso vale lembrar que ainda há muito para ser feito no que diz respeito à aceitação da pessoa com deficiência auditiva no ambiente de trabalho e na sociedade.

É preciso conscientizar-se que a inclusão da pessoa com deficiência auditiva no mercado de trabalho não deve ser feita só por força da lei e de projetos de responsabilidade social por parte das empresas. E que essas mesmas pessoas com deficiência seja, ante de tudo, capacitada para entrar de forma eficaz no mercado de trabalho. É fundamental que os “ouvintes” percebam que a questão da inclusão da pessoa surda no mercado de trabalho não é uma luta de quem possui deficiência auditiva, mas de todos, o que denota a necessidade de uma mudança na sociedade, visando a beneficiar todo e qualquer cidadão engajado na mudança social.





REFERENCIAS

BRASIL, Congresso nacional. Lei nº. 10436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002.

DECLARAÇÃO de Salamanca e Linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Corde, 1994. Acessado em: 05 de setembro de 2012.

___Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 d Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Df, 2000.

GRANGER, G. Modèles qualitatifs, modèles quantitatifs dans la connaissance scientifique, 1982. In: MINAYO, M.C.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementariedade? Caderno de Saúde Pública, rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>> Acessado em: 05 de junho de 2012.

LEI DE DIREITO. Presidência da República – Casa Civil – Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Extraído via <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> Acessado em: 31 de março de 2013.

Lei 10.436/2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acessado em: 02 jul. 2012

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

